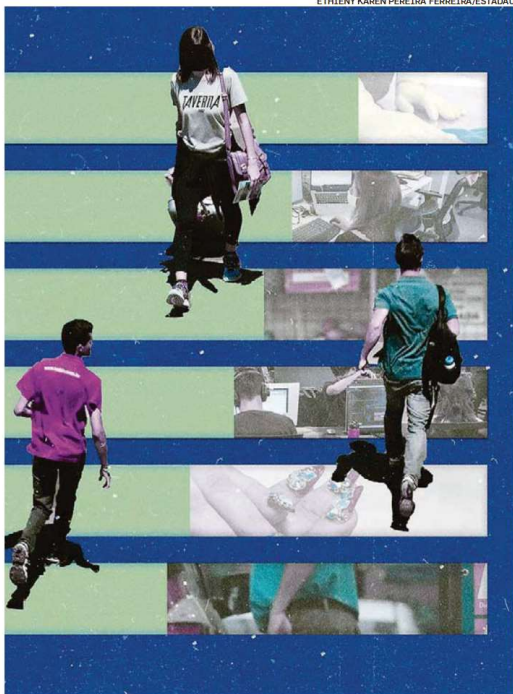


ETHIENY KAREN PEREIRA FERREIRA/ESTADÃO



ele, isso ocorre pelo fato de elas serem, em média, mais escolarizadas do que os homens e porque a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho aumenta conforme completam as etapas de ensino.

Por isso, o especialista defende que investir em políticas públicas para tirar as mulheres da condição de nem-nem pode melhorar o nível de escolaridade da nação e, consequentemente, reduzir a perda do potencial de crescimento do PIB. “Se tiver de investir em nem-nem como política pública, o ideal é investir em todo mundo. Mas, se eu tivesse de investir pensando em PIB, eu focaria nas mulheres”, diz. Tafner calcula que o investimento em mulheres pode reduzir essa perda estimada para o potencial de crescimento de até dez pontos percentuais para três

pontos percentuais.

Conforme a síntese de indicadores do IBGE, divulgada no início de dezembro, as jovens mulheres entre 15 e 29 anos que nem estudam nem trabalham eram cerca de 7 milhões em 2022, representando 63,4% de um total de aproximadamente 10,9 milhões de nem-nem no País. Dessas, 2 milhões estavam cuidando de parentes e dos afazeres domésticos.

**TRABALHO NÃO RECONHECIDO.** As mulheres entram na equação nem-nem por duas razões principais: gravidez precoce e maior participação no cuidado de outras pessoas em casa, segundo a economista e pesquisadora do Instituto Singularidades, Claudia Costin. “Na verdade, ela trabalha, mas é um trabalho que não é reconhecido como trabalho produtivo,

que é o cuidado dos irmãos mais jovens ou de uma criança que nasceu dela ainda adolescente.”

O trabalho doméstico informal não é calculado como fator de produtividade para a economia, de acordo com Marcelo Neri, economista e diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) e fundador do Centro de Políticas Sociais (FGV Social/CPS). “O trabalho doméstico não é computado quando se calcula o Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo. As mulheres que cuidam dos filhos e dos idosos estão trabalhando. É um trabalho que existe e é importante, mas, em geral, não é considerado.”

Caso as mulheres nem-nem voltassem aos estudos, o potencial de desempenho traria mais resultados do que os homens porque a média de escolarização delas é superior à deles. “A taxa de mulheres nem-nem é muito mais alta do que a dos homens. É uma questão de gênero. Isso reflete um pouco a cara da desigualdade brasileira, que discrimina pretos, pessoas da periferia e mulheres”, afirma Neri.

**PREVIDÊNCIA.** Para a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, a situação previdenciária pode enfrentar um desequilíbrio nas contas em decorrência da queda na taxa de natalidade ao longo dos anos, somada à ausência da força de trabalho ativa, como o público de mulheres nem-nem.

“Somos de uma geração em que ninguém quer ter filhos ou se arrisca a ter apenas um. Vivemos em um período de inversão dessa pirâmide demográfica, com menos nascimentos e as pessoas vivendo por mais tempo. Por isso, a importância de ter as pessoas contribuindo em idade ativa.”

**Qual a importância de reintegrar esses jovens na educação e no emprego?**

Os jovens em situação de nem-nem, em média, têm um maior risco de pobreza, exclusão social e piora da saúde mental. Para alguns, isso não é uma escolha: eles não conseguem participar do mercado de trabalho porque não podem pagar pelo cuidado de uma criança ou de algum outro integrante da família. Os mais vulneráveis são os jovens que param de procurar trabalho porque acreditam que não há oportunidades de emprego para eles, que estão em maior risco de exclusão social e de desesperança.

## Sem política pública, Brasil permanece estagnado há 10 anos

Sem contar com políticas públicas específicas para reduzir as taxas de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham, o Brasil está estagnado em relação à maioria dos países analisados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2012, os nem-nem brasileiros eram 20% dessa faixa etária, índice que colocava o País entre os sete piores. Dez anos depois, tanto a posição no ranking quanto o percentual são os mesmos, mas a taxa brasileira piorou na comparação com a da média das nações que fazem parte da organização – o Brasil ainda não integra esse grupo, mas sua adesão está em tramitação (*mais informações no quadro da página ao lado*).

Os resultados obtidos pela Irlanda nessa década são os que mais impressionam, fruto de um trabalho que mescla capacitação, ajuda para obtenção de emprego e assistência financeira. Assim, o país saiu da 6.ª posição na lista dos dez com maiores índices de nem-nem para ficar entre os sete que menos têm jovens nessa situação. A taxa passou de 21,1% para 8,9%.

Um dos programas desenvolvidos por lá se chama Springboard, que oferece cursos de qualificação para jovens em setores empresariais que estão em crescimento ou que apresentem necessidade de mão de obra. Já o Momentum auxilia desempregados de longo prazo a adquirirem habilidades necessárias para a reinserção no mercado de trabalho.

**EX-LÍDER.** A Grécia também conseguiu uma grande redução em sua taxa, em torno de dez pontos percentuais. Com isso, os gregos deixaram o posto de país com maior percentual de nem-nem que ocupavam em 2012 e passaram à 11.ª posição.

No Brasil, há várias causas para os altos índices de nem-nem, mas a falta de acesso à educação de qualidade e o desemprego estrutural entre os jovens são os dois principais pontos, na opinião do professor Renan de Pieri, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O especialista explica que, apesar da universalização do ensino fundamental, a grande taxa de evasão no ensino médio e o baixo acesso ao ensino superior dificultam a empregabilidade dos jovens.

A crise econômica entre 2015 e 2016 e a pandemia de coronavírus agravaram os problemas, diminuindo oportunidades para os recém-chegados ao mercado de trabalho. Para De Pieri, quanto mais tempo o

jovem demora para ingressar no mercado de trabalho, mais dificuldades ele vai ter no futuro para se empregar.

**ECONOMIA.** De acordo com o especialista, a geração de empregos demanda que a economia cresça. “Mas, para que os empregos se formalizem, é necessário um crescimento sustentável. Só quando o mercado dá sinais de mais estabilidade, começamos a observar as vagas formais aparecendo, dado que o custo demissional do trabalhador formal é bem mais alto.”

Além de economia estável, a redução do índice de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham depende de investimentos e políticas que sejam capazes de gerar oportunidades e boas condições de trabalho. Essa combinação explica em grande parte a situação da Holanda, que tem as menores taxas de nem-nem.

**“Só quando o mercado dá sinais de mais estabilidade, começamos a observar as vagas formais aparecendo”**

**Renan de Pieri**  
Fundação Getúlio Vargas

Segundo Alexander Dicks, PhD pelo Centro de Investigação para a Educação e o Mercado de Trabalho (ROA) da Universidade de Maastricht, na Holanda, uma das justificativas para o baixo índice de jovens que não estão na educação, no emprego ou na formação é a economia sólida do país. “Além disso, a Holanda tem um forte sistema de educação profissional, práticas educacionais geralmente boas e universidades de alta qualidade”, afirmou Dicks.

**MUDANÇA.** A situação do Brasil em relação a esse tema pode começar a mudar a partir da assinatura do Pacto Nacional pela Inclusão da Juventude, criado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), juntamente com o governo federal. A assinatura da parceria ocorreu em 11 de dezembro.

**REPORTAGEM DO 13.º CURSO ESTADÃO DE JORNALISMO ECONÔMICO:** ANA LUIZA ANTUNES, BEATRIZ NOGUEIRA, DANIEL ALOISIO, DIANE BIKEL, ELANNY VLAXIO, FELLIPE GUALBERTO, GABRIEL RIOS, GABRIELA JUICA, GIOVANI BUCCI, GIOVANNA MARINHO, IRACI FALAVINA, JEAN ARAÚJO, JULIA CAMIM, JULIANO GALISI, LETÍCIA OZÓRIO, MA LERI, MARCOS FURTADO, MAYANE SANTOS, MICHELLE PERTILE, RAFAELA SOUZA, RAMANA RECH, ROGERIO JÚNIOR, VICTÓRIA RIBEIRO E YLANNA PIRES. COORDENAÇÃO: CARLA MIRANDA, SIMONE CAVALCANTI E LUIZ FERNANDO TEDEIRA

lia, e quais obstáculos ainda enfrentam.

**Existem formas de garantir que os empregos destinados aos jovens sejam formais e proporcionem crescimento na carreira?**

Há vários exemplos na Europa para ajudar os jovens a ingressarem no trabalho formal. O primeiro passo é medir o tamanho da economia informal. Criar formas de registrar empregos temporários de curto prazo tem ajudado países como Eslovênia e Alemanha. Os empregadores também podem ser obrigados a registrar pelo menos informações básicas sobre seus funcionários, como os dias de trabalho e o tipo

de função realizada. O trabalho digital desempenha um papel importante na formalização de atividades que, de outra forma, poderiam ser informais. No entanto, muitas vezes, essas pessoas não têm

**Apoio**  
**Em 10 anos, projeto europeu ajudou 24 milhões de jovens a obter estágio, emprego ou estudo**

acesso a esquemas de seguridade social. Abordar o subemprego, em que os jovens não atingem seu pleno potencial, é tão importante quanto lidar com o desemprego.